



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

Processo nº: 00600-00004518/2020-04-e.

Jurisdicionada: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF e Instituto de Gestão Estratégica do Distrito Federal - IGESDF.

Assunto: Representação.

Ementa:

- Representação nº 50/2020 - G2P (Procuradora Cláudia Fernanda) ofertada pelo Ministério Público de Contas versando acerca de suposta prática de nepotismo na SES/DF e no IGES/DF, consistente na ocupação do emprego de Assessor Jurídico do Instituto, com possível ofensa aos princípios da moralidade e da impessoalidade, em face do vínculo familiar (cônjuge) com a Assessora Especial do Gabinete da SES/DF (peça 1);
- Decisão nº 3.157/2020: Conhecimento. Concessão de prazo para manifestação;
- Juntada dos esclarecimentos ofertados pela SES/DF e pelo IGES/DF (peça 15 e 16);
- **Nesta fase:** Exame de mérito da Representação;
- Corpo Técnico (peça 17): Influência, direta ou indireta, nas indicações para os cargos de confiança inócua no caso em destaque. Inexistência de vínculo de subordinação hierárquica entre os apontados na exordial. Ausência de configuração objetiva de nepotismo. Improcedência da representação. Recomendação. Arquivamento;
- MPC: Parecer divergente. Reitera o seu posicionamento de irregularidade. Pela aplicação das sanções cabíveis (peça 20);
- **VOTO** divergente. Considere a Representação nº 50/2020 - G2P prejudicada por superveniente perda de objeto, seguindo o posicionamento deste Tribunal esposado nas Decisões nºs 4.346/20, 1.592/2020, 86/2018, 91/2017, 119/2016 e 985/2014.

RELATÓRIO

Cuidam os autos da Representação nº 50/2020 - G2P ofertada pelo Ministério Público de Contas versando acerca de suposta prática de nepotismo na



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

SES/DF e no IGES/DF, consistente na ocupação do emprego de Assessor Jurídico do Instituto, com possível ofensa aos princípios da moralidade e da impessoalidade, em face do vínculo familiar (cônjuge) com a Assessora Especial do Gabinete da SES/DF (peça 1).

2. Na assentada anterior, o Tribunal prolatou a Decisão nº 3.157/2020, por meio da qual conheceu da Representação em tela, concedendo prazo para que o Secretário de Saúde do Distrito Federal, o Diretor-Presidente e o Assessor Jurídico do IGES/DF apresentassem os esclarecimentos que entendessem cabíveis.

3. Em atenção à mencionada decisão, foram apresentados os esclarecimentos contidos nos e-doc's FD83D64C-c e 4DE92F12-c (peças 15 e 16).

4. Nesta assentada, examina-se o mérito da mencionada representação.

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

5. O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 70/2020-2ª DIFIPE (peça 17), manifestou-se nos seguintes termos:

“(...)

ANÁLISE DE MÉRITO DA REPRESENTAÇÃO

I – Da submissão do IGESDF aos princípios preconizados no art. 37, caput, da Constituição Federal

26. Antes de adentrar no mérito da representação, importa discorrer brevemente sobre questão controversa na hipótese, erguida tanto pelo Secretário de Saúde distrital quanto pelo Diretor-Presidente do IGESDF, relacionada ao fato dessa entidade paraestatal constituída sob a forma de serviço social autônomo, dotada de personalidade jurídica de direito privado, sujeitar-se ou não à incidência de regras e princípios gerais que regem as atividades administrativas, especialmente aqueles preconizados no art. 37, caput, da Constituição Federal.

27. Pois bem. Ao se tratar de temas relacionados à gestão de pessoas do IGESDF, a exemplo da política de admissão/contratação de seu pessoal (inclusive em relação à escolha do seu corpo de gestores), de vedação ao nepotismo, das hipóteses de acumulação remunerada, entre outros, tem-se adotado por premissa a tese de que aquele Instituto, por se tratar de ente de cooperação com o Estado mantido por dotações orçamentárias próprias, sofre, necessariamente, o influxo dessa condição, ou seja, a despeito de sua personalidade jurídica de direito privado, obriga-se à observância dos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública, da qual se torna praticamente uma “unidade orgânica de extensão”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

28. Registre-se, a propósito, que esta Sefipe, ao realizar estudo¹ no bojo do Processo nº 21391/2019-e, sustentou que, na análise dos diversos temas afetos à gestão de pessoas do IGESDF, não poderia se afastar de igual compreensão que pontuou o exame empreendido pela Seacomp das questões então tratadas no Processo nº 18949/2018², inicialmente aprovado (Decisão nº 3.254/2018), mas que pende de apreciação definitiva da Corte.

29. Nesse sentido, destacou-se entendimento do STF reconhecendo a possibilidade de instituição de serviços sociais autônomos como pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, para a prestação de serviços públicos de relevante significado social, em nível de cooperação com o Poder Público, e que entidades assim constituídas não integram a Administração Pública, seja direta ou indireta, ainda que dela recebam reconhecimento e amparo financeiro (ADIs 1.864/PR e 1.923/DF; RE 789.874/DF).

30. Salientou-se, de outra parte, que a lei distrital que autorizou criar o então serviço social autônomo IHBDF (Lei nº 5.899/17), atual IGESDF, fora impugnada em sede de duas ações diretas de inconstitucionalidade no âmbito do Judiciário local, sendo ambas, no entanto, declaradas improcedentes³, em consonância com a jurisprudência do Pretório Excelso sobre o tema, conferindo ao diploma legal impugnado a certificação de sua validade, eficácia e adequação jurídica.

31. Nesse contexto, ressaltou-se que subjaz no reconhecimento judicial da constitucionalidade da Lei nº 5.899/17 o entendimento de que referido Instituto, por ter natureza jurídica de serviço social autônomo, estaria, de fato, desobrigado de atuar como entidade integrante da Administração Pública, não se vinculando, necessariamente, ao regime jurídico aplicável à esfera estatal.

32. Noutro giro, mesmo sob tal perspectiva jurídica, enquanto ente de cooperação com o Estado, sendo mantido por receita proveniente de dotações orçamentárias próprias, estaria, sim, no entender desta unidade técnica, sujeito a certos regramentos de direito público, como,

¹ Proposto pelo e. Tribunal, conforme determinado pela Decisão-TCDF nº 2.922/2019, para que fossem identificadas e analisadas questões importantes relativas à gestão de pessoas por parte do IGESDF, tais como, exemplificativamente, cessão de servidores, acumulação de cargos, cumprimento de carga horária, necessidade de concurso público, Regulamentos de Seleção de Pessoal, compatibilidade de atribuições, nepotismo.

² Cuida de representação formulada pelo MPC/DF, tendo por objeto a análise de legalidade do Contrato de Gestão nº 01/2018-SES/DF, firmado entre o Distrito Federal, por intermédio da SES, e o então Instituto Hospital de Base do Distrito Federal – IHBDF, nos termos do art. 2º da Lei distrital nº 5.899/17.

³ Ações Diretas de Inconstitucionalidade nºs 2017.00.2.013758-5 e 2017.00.2.013822-5 (Acórdãos nºs 1064790 e 1064789, respectivamente, publicados no DJe de 07/12/2017, com trânsito em julgado ocorrido em 07/06/2018). ¹³ Nesse particular, embora o IGESDF não esteja subordinado à obrigatoriedade de realização de concurso público (prevista no art. 37, II, da CF/88), deverá atender à exigência de processo seletivo público para tal fim, balizado por regras próprias, decerto, mas sem prescindir do cumprimento de alguns princípios constitucionais afetos à temática, tais como, legalidade, isonomia, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, de forma que eventual processo prévio de recrutamento e seleção de pessoal deve estar dotado de critérios objetivos, impessoais, transparentes e amplamente divulgados, de sorte a efetivamente satisfazer ditos princípios.

No referido estudo, ao menos em tese, constatou-se que o IGESDF possui normatização nesse sentido (ex vi seu Manual de Gestão de Pessoas e o Regulamento Próprio de Admissão de Pessoal), preconizando-se que o “processo seletivo será público e deverá atender aos princípios da publicidade, da igualdade, da impessoalidade, da moralidade, da economicidade e da eficiência, devidamente compatibilizado com a natureza privada, nos termos da lei civil, da natureza dos serviços sociais autônomos, em conformidade com os padrões de mercado e a necessidade de serviço, devendo ser conduzido de forma pública, objetiva e impessoal”, salientando-se, ademais, ser “vedada, em obediência aos princípios da moralidade e impessoalidade, a ocorrência de práticas como nepotismo, tráfico de influência, apadrinhamento, troca de favores ou discriminação relacionada a etnia, cor, sexo, orientação sexual, identidade de gênero, origem geográfica, condição socioeconômica e crença”. (destaque!)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

exemplificativamente, no tocante ao recrutamento e contratação de seus funcionários¹³, vedação ao nepotismo, às situações de acumulação remuneratória de cargos/empregos, respeito ao teto remuneratório, entre outros temas correlatos à gestão de pessoas.

33. Posto isso, embora as premissas estabelecidas no referido estudo (e suas conclusões) ainda não tenham sido definitivamente apreciadas pela c. Corte, é sob a perspectiva delas que serão aqui analisados os fatos suscitados na representação exordial, em cotejo com as correspondentes manifestações prestadas pelos jurisdicionados.

34. Nesse diapasão, no que tange à temática destes autos, compartilha-se da corrente de pensamento segundo a qual, a despeito da ausência de normatização formal própria do IGESDF que proíba a prática do nepotismo¹⁴, cabe-lhe aplicar, como fonte normativa primária, a Súmula Vinculante nº 13¹⁵, editada pelo STF em 2008, e, subsidiariamente, o regramento distrital sobre a matéria, entre outros correlatos de hierarquia superior⁴, tendo por fundamento, na essência, que a vedação ao nepotismo decorre diretamente dos princípios estampados no caput do artigo 37 da Constituição Federal, destinando-se a conferir concretude, em especial, aos princípios republicanos da moralidade e da impessoalidade, de aplicabilidade imediata (ou seja, independente de lei formal), conforme assim decidiu há muito o Pretório Excelso em sede de repercussão geral⁶. E tal arcabouço normativo, não resta dúvida, deve incidir sobre cargos de provimento em comissão, as funções gratificadas e os cargos de chefia, direção e assessoramento⁶, vínculos jurídicos considerados de natureza ad nutum.

II - Da suposta ocorrência de nepotismo no caso em destaque

35. Conforme deflui da simples leitura do detalhado relatório retro, o cerne da controvérsia cinge-se em saber se os fatos narrados pelo MPC/DF na representação exordial do feito são bastante para a caracterização de vedada situação de nepotismo, a qual consistiria, na essência, na nomeação/designação de casal para ocupar cargos em comissão e de confiança na SES/DF e no IGESDF, com suposta influência de autoridade administrativa com a qual haveria relação de afinidade.

36. A ilustre representante ministerial questiona, em específico, a designação do Sr. Agnewton Damaso para exercer o cargo de confiança de Assessor Jurídico do IGESDF (ocorrida em julho/2019) como sendo a

⁴ A exemplo do § 9º do art. 19 da Lei Orgânica do Distrito Federal: “§ 9º Fica vedada a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada, na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes do Distrito Federal, compreendido na vedação o ajuste mediante designações recíprocas.”

⁵ “EMENTA: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. VEDAÇÃO NEPOTISMO. NECESSIDADE DE LEI FORMAL. INEXIGIBILIDADE. PROIBIÇÃO QUE DECORRE DO ART. 37, CAPUT, DA CF. RE PROVIDO EM PARTE. I - Embora restrita ao âmbito do Judiciário, a Resolução 7/2005 do Conselho Nacional da Justiça, a prática do nepotismo nos demais Poderes é ilícita. II - A vedação do nepotismo não exige a edição de lei formal para coibir a prática. III - Proibição que decorre diretamente dos princípios contidos no art. 37, caput, da Constituição Federal. IV - Precedentes. V - RE conhecido e parcialmente provido para anular a nomeação do servidor, aparentado com agente político, ocupante, de cargo em comissão.”

(RE 579951, Relator(a): RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 20/08/2008, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-202 DIVULG 23/10/2008; PUBLIC 24/10/2008; EMENT VOL-02338-10 PP-01876) **Tema 66** - Reserva de lei para a vedação de nepotismo no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo.

Tese: A vedação ao nepotismo não exige a edição de lei formal para coibir a prática, dado que essa proibição decorre diretamente dos princípios contidos no art. 37, caput, da Constituição Federal. Obs: Redação da tese aprovada nos termos do item 2 da Ata da 12ª Sessão Administrativa do STF, realizada em 09/12/2015.

⁶ Conf. expresso em voto do Ministro Sepúlveda Pertence na ADI 524 (Tribunal Pleno, DJe de 03/08/2015).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

última investidura inquinada de nepotismo, todavia a derradeira ocupação comissionada se deu em face da nomeação de sua esposa, Sr^a Loanne Damaso, em abril do corrente ano, para o cargo de Assessora Especial de Gabinete da SES/DF.

37. Esclarecida a hipótese submetida a exame, é de relevo salientar que a suposta irregularidade arguida na representação em comento deve se subsumir, como alhures acentuado, ao comando da **Súmula Vinculante 13**, que expressamente delinea condutas as quais, ao menos em tese, podem ser enquadradas na vedada prática de nepotismo. Confira-se, por oportuno, a redação do enunciado:

“A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.”

38. Muito se cogita a respeito da abrangência que o aludido verbete possui, porém certo é que, apesar de extenso, não buscou contemplar todas as possibilidades de nepotismo na Administração Pública, pois, por óbvio, não conseguiria. Tal concepção é visualizada em trecho extraído do MS 31697/DF (Relator Ministro Dias Toffoli, 1^a Turma, julgamento em 11/03/2014, DJe 02/04/2014):

“Ao editar a Súmula Vinculante nº 13, a Corte não pretendeu esgotar todas as possibilidades de configuração de nepotismo na Administração Pública, dada a impossibilidade de se preverem e de se inserirem, na redação do enunciado, todas as molduras fático-jurídicas reveladas na pluralidade de entes da Federação (União, estados, Distrito Federal, territórios e municípios) e das esferas de Poder (Executivo, Legislativo e Judiciário), com as peculiaridades de organização em cada caso. Dessa perspectiva, é certo que a edição de atos regulamentares ou vinculantes por autoridade competente para orientar a atuação dos demais órgãos ou entidades a ela vinculados quanto à configuração do nepotismo não retira a possibilidade de, em cada caso concreto, proceder-se à avaliação das circunstâncias à luz do art. 37, caput, da CF/88.”

39. Embora a referida súmula considere inconstitucional a nomeação com favorecimento de pessoas com grau de parentesco, consanguíneo ou afim, de linha reta ou colateral até o terceiro grau, importa assinalar que essa relação de parentesco estende-se não só à autoridade nomeante, mas também aos servidores da mesma pessoa jurídica que exerçam funções de chefia, direção ou assessoramento, de sorte a impedir que os servidores se valham de outras autoridades nomeantes para benefício de familiares seus.

40. Para reforçar e melhor esclarecer o posicionamento expendido nos parágrafos anteriores, destacam-se a seguir trechos do voto-condutor da Decisão TCDF nº 89/2014⁷, prolatada no Processo nº 6799/2011:

⁷ Exarada em sede de representação do MPC/DF acerca da vedação de nepotismo no âmbito do Distrito Federal. Eis o teor da decisão:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

“(…) Assim, após asseverar que a proibição da prática de nepotismo decorre diretamente de princípios constitucionais, independentemente da edição de normativos sobre o tema, conforme jurisprudência do STF, e que o referido Enunciado nº 13 objetivou estabelecer um núcleo mínimo de proibição, bem como diante da dificuldade concreta de se elencar as diversas possibilidades de caracterização de nepotismo, a Unidade Técnica entende que a identificação dessa prática dependerá da análise de caso concreto.

Nesse contexto, ressalta que a edição de norma restritiva da aplicação do texto constitucional não teria eficácia, tendo aplicação plena aquele normativo que amplie ou reforce os princípios contidos no art. 37 da Constituição Federal.

Conclui a instrução no sentido de que ‘a aplicação do disposto no Decreto nº 32.751/11, no art. 16 da Lei Complementar nº 840/11, no Enunciado nº 13 da Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal e nos demais normativos correlatos, deve se dar de forma referencial, haja a vista a impossibilidade de se identificar, em tese e a priori, todas as situações passíveis de se caracterizar a prática de nepotismo.

Nesse sentido, o órgão instrutório reforça posicionamento anterior, no sentido de que o Tribunal adotará como critério a aplicabilidade direta do Enunciado nº 13 da Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal, nos procedimentos de fiscalização e de análise das contas, disso dando conhecimento aos Excelentíssimos Senhores Governador do distrito Federal e Presidente da Câmara Legislativa, além de todos os dirigentes de órgãos e entidades da administração direta e indireta. (...)

Conforme salientou o corpo técnico, o fato de existirem normas que regulem o assunto, com hipóteses de vedação, não significa que as situações não previstas sejam permitidas, sendo desnecessária no normativo legal a menção ‘nepotismo cruzado’, requerida na Representação, uma vez que essa prática também não encontra guarida na Constituição Federal. (...)’ (destaques acrescidos)

41. Noutro giro, como destacado pelo nobre Conselheiro Inácio Magalhães Filho ao relatar o Processo nº 37774/2016, cuidando de representação com objeto semelhante ao destes autos: “A indicação de nepotismo deve ser amparada em critérios objetivos, de onde se extraia a indelével constatação de que a escolha para exercer cargo público tenha sido efetivada por quem detém o poder de interferir no processo de seleção. É o que deflui do entendimento sobre o tema, proferido pelo STF^{1[8]}.”

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I - tomar conhecimento das Informações nºs 017/11 e 003/12, do Ofício nº 062/13-MF, assim como da Informação nº 038/13; II - dar conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal e a todos os dirigentes de órgãos e entidades da administração direta e indireta do Distrito Federal que, à vista do disposto no Decreto nº 32.751/11 e no art. 16 da Lei Complementar nº 840/11, o Tribunal adotará como critério, nos procedimentos de fiscalização e na análise das contas, os princípios constitucionais, os termos do Enunciado nº 13 da Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal, além de outros, conforme indicado na Informação nº 038/13 e no art. 3º, § 1º, do mencionado Decreto Distrital; III - autorizar: a) o encaminhamento de cópia, para conhecimento, da Representação nº 6/11-MF, da Informação nº 038/13, do relatório/voto da Relatora e desta decisão às autoridades antes mencionadas, bem como para providências que julgarem necessárias para que, nas contas apresentadas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo e pelo Poder Legislativo, possa ser atestado inexistir nepotismo, no exercício em auditoria; b) o arquivamento dos autos.” (destaques acrescidos).

⁸ “¹ STF – Rcl 18564/SP. Relator: Min. Gilmar Mendes. Relator p/Acórdão: Min. Dias Toffoli. Julgamento: 23/02/2016.

Órgão Julgador: Segunda Turma.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

Salientou ainda naqueles autos que a própria Suprema Corte já sinalizou que:

“(…) 2. A incompatibilidade da prática enunciada na Súmula Vinculante nº 13 com o art. 37, caput, da CF/88 não decorre diretamente da existência de relação de parentesco entre pessoa designada e agente político ou servidor público ocupante de cargo em comissão ou função comissionada, mas da presunção de que a escolha para ocupar cargo de direção, chefia ou assessoramento tenha sido direcionada a pessoa com relação de parentesco com alguém que tenha potencial de interferir no processo de seleção.”^{1[9]}

42. Na esteira do mesmo raciocínio, também foram os seguintes julgados da e. Suprema Corte:

“Agravos regimentais nos embargos de declaração em mandado de segurança. 2. Direito Constitucional e Administrativo. 3. Nepotismo. Ausência de subordinação hierárquica ou projeção funcional entre os servidores públicos nomeados para exercer cargo comissionado no mesmo órgão, ou entre as autoridades nomeantes. 4. Discricionariedade do membro da magistratura para compor sua assessoria, observados os limites da lei e da Constituição. Impossibilidade de presunção de influência do exercente do cargo de direção, chefia e assessoramento vinculado a um Desembargador na escolha e contratação de outro. 5. Ausência de argumentos capazes de infirmar a decisão agravada. 6. Agravo regimental a que se nega provimento.” (g.n.)

(MS 34179 ED-AgR, Relator(a): Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, julg. em 04/04/2018, public. em 23/04/2018)

“DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. INDEVIDA APLICAÇÃO DA SÚMULA VINCULANTE 13. AUSÊNCIA DE PARENTESCO COM A AUTORIDADE NOMEANTE. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.” (g.n.)

(Rcl 28292 AgR, Relator(a): Min. Alexandre de Moraes, Primeira Turma, julg. em 20/03/2018, public. em 10/04/2018)

43. Registre-se, de outra parte, que também se colhe da jurisprudência da Suprema Corte entendimento segundo o qual, “cuidando-se de nomeação para pessoas jurídicas distintas [caso de SES/DF e IGESDF] e inexistindo relação de parentesco entre a autoridade nomeante e o nomeado, a configuração do nepotismo decorrente diretamente da Súmula Vinculante nº 13 exige a existência de subordinação da autoridade nomeante ao

⁹ “1 STF - Rcl 19529 AgR / RS. Relator: Min. Dias Toffoli. Julgamento: 15.03.16.”

Ementa: “Agravos regimentais na reclamação. Súmula Vinculante nº 13. Ausência de configuração objetiva de nepotismo. Agravo regimental ao qual se nega provimento. 1. Ao editar a Súmula Vinculante nº 13, embora não se tenha pretendido esgotar todas as possibilidades de configuração de nepotismo na Administração Pública, foram erigidos critérios objetivos de conformação, a saber: i) ajuste mediante designações recíprocas, quando inexistente a relação de parentesco entre a autoridade nomeante e o ocupante do cargo de provimento em comissão ou função comissionada; ii) relação de parentesco entre a pessoa nomeada e a autoridade nomeante; iii) relação de parentesco entre a pessoa nomeada e o ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento a quem estiver subordinada e iv) relação de parentesco entre a pessoa nomeada e a autoridade que exerce ascendência hierárquica ou funcional sobre a autoridade nomeante. 2. A incompatibilidade da prática enunciada na Súmula Vinculante nº 13 com o art. 37, caput, da CF/88 não decorre diretamente da existência de relação de parentesco entre pessoa designada e agente político ou servidor público ocupante de cargo em comissão ou função comissionada, mas da presunção de que a escolha para ocupar cargo de direção, chefia ou assessoramento tenha sido direcionada a pessoa com relação de parentesco com alguém que tenha potencial de interferir no processo de seleção. 3. Agravo regimental não provido.” (g.n.)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

poder hierárquico da pessoa cuja relação de parentesco com o nomeado configura nepotismo ... ¹⁰

44. Nesse cenário, para que seja caracterizado nepotismo no caso vertente, a teor do decidido pelo STF nos aludidos julgados - destacando-se que não há controvérsia quanto à ausência de parentesco entre os nomeados e as respectivas autoridades nomeantes (no âmbito da SES/DF, figuraria nessa condição o Sr. Governador do DF, e não o Secretário de Saúde; no caso do IGESDF, tal competência recai sobre a pessoa do Diretor-Presidente¹¹) -, essencial que se considere alguma das seguintes hipóteses:

a) que a nomeação do Sr. Aguinewton Damaso para o cargo em confiança de Assessor Jurídico do IGESDF (em julho/2019) tenha ocorrido por influência de sua esposa, Sr^a Loanne Damaso, então ocupante do Cargo de Natureza Especial (símbolo CNE-03) de Coordenador da Coordenação Especial de Gestão de Contratos de Serviços de Saúde da SES/DF, ao qual fora nomeada por ato publicado no DODF de 04/01/2019;

b) que a superveniente nomeação daquela senhora para exercer o CNE de Assessor Especial do Gabinete da SES/DF (DODF de 30/04/2020) tenha ocorrido por influência de seu esposo, então ainda ocupante do cargo comissionado de Assessor Jurídico do IGESDF.

45. No entanto, nenhuma das situações acima retratadas amolda-se aos parâmetros firmados pela Corte Suprema.

46. Examinando as concretas nomeações antes aduzidas, sob o cotejo do organograma da SES/DF e da estrutura organizacional do IGESDF, c/c os precedentes juízos formulados pelo STF acerca da quaestio juris posta em relevo, tem-se de forma cristalina, primeiramente, inexistir qualquer ascendência hierárquica do CNE de Coordenador Especial de Gestão de Contratos de Serviços de Saúde da SES/DF sobre o Diretor-Presidente do IGESDF (autoridade nomeante), tampouco se denota que a ocupante daquele cargo, em julho/19, tenha influenciado na nomeação de seu cônjuge ao cargo em confiança de Assessor Jurídico do Instituto¹².

47. De igual forma quanto à nomeação da esposa ao cargo em comissão de Assessor Especial de Gabinete da SES/DF (em abril/2020), posto não ser possível conceber a relação de subordinação da respectiva autoridade nomeante (ou mesmo do preposto Secretário de Saúde) às ordens do Assessor Jurídico do IGESDF, como também não há indício de que houvesse seu ocupante exercido algum poder de influência direta ou indireta naquela livre escolha.

48. Como se vê, os casos acima envolvem nomeações de pessoas que, embora casadas, não guardam nenhum parentesco com as respectivas autoridades nomeantes, nem qualquer vínculo de subordinação entre elas

¹⁰ Rcl 9284, Relator: Min. Dias Toffoli, Primeira Turma, julgado em 30/09/2014, publ. DJe 19/11/2014.

¹¹ Nos termos do inciso V do art. 28 do Estatuto do IGESDF, verbis:

“Art. 28. Compete ao Diretor-Presidente:

[...] V – contratar, nomear, remover, promover, comissionar, registrar elogios, punir e demitir empregados, bem como devolver à Secretaria de Estado de Saúde servidores cedidos ao IGESDF;”

¹² Conquanto evidenciado na representação ministerial relação de afinidade entre o casal e o Sr. Francisco Araújo Filho, então no exercício da presidência do IGESDF, aspecto, frise-se, desimportante para eventual configuração de nepotismo, consoante os critérios objetivos de conformação elencados pelo STF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

(hierárquica, técnica ou jurídica). Inclusive, integram os quadros de pessoas jurídicas distintas e autônomas¹³.

49. Nesse contexto, forçoso reconhecer que inexistente no vertente caso mácula aparente aos princípios constitucionais da moralidade, impessoalidade e eficiência, justamente os valores que a Súmula Vinculante nº 13-STF visa preservar.

50. Destarte, não se vislumbrando prática de nepotismo no caso em comento, nos termos da fundamentação antecedente, conclui-se pela **improcedência** da representação ministerial sob exame.

2. – Da possibilidade de preconizar regra antinepotismo específica no tocante às nomeações/designações ocorridas no âmbito de SES/DF e IGESDF

51. Nada obstante a conclusão anterior, quer-nos parecer que não haveria óbice a que esta e. Corte de Contas estabeleça orientação normativa especificamente destinada à SES/DF e ao IGESDF, atinente às nomeações ou designações para cargos em comissão ou funções gratificadas que vierem a realizar (ou mesmo aquelas já concretizadas, como exemplo pedagógico da medida), buscando-se plena aderência aos princípios constitucionais albergados pela Súmula Vinculante nº 13-STF, sem prejuízo, ainda, do disposto no Decreto distrital nº 32.751/11, com o escopo de desestimular (se não eliminar) possíveis práticas de tráfico de influência, apadrinhamento ou troca de favores nos respectivos âmbitos, como também afastar questionamentos sobre eventuais conflitos de interesses.

52. Nesse sentido, propõe-se recomendar a ambos os jurisdicionados que se abstenham de nomear ou designar para cargo/função de livre provimento familiar¹⁴ de ocupante de cargo/função de mesma natureza no respectivo âmbito ou no do outro órgão/entidade, a despeito de inexistir subordinação hierárquica, técnica ou jurídica entre si e de porventura se tratar (a pessoa nomeada/designada/contratada) de servidor com vínculo efetivo público ou de empregado celetista contratado por processo seletivo de ampla concorrência.

53. Importante que este Tribunal de Contas expresse recomendação no sentido ora proposto, considerando que os jurisdicionados mantêm estreita relação de cooperação na área de saúde pública distrital, desprovida, decerto, de qualquer subordinação entre eles, porém é cediço que compete à SES/DF supervisionar a gestão do IGESDF, bem como a execução do contrato de gestão com ele pactuado, sem olvidar que unidades hospitalares e de saúde antes integradas na estrutura organizacional daquela pasta (e sob sua exclusiva gestão até o advento da Lei nº 5.899/17) são, hodiernamente, administradas pela entidade paraestatal.

54. Se assim é, constituído para executar ações e serviços de saúde em regime de colaboração com o Poder Público, dele utilizando parte de sua estrutura física e de pessoal, praticamente se torna o IGESDF, se não no todo, uma substancial “extensão” orgânica da própria SES/DF, ainda que lhe resguardada autonomia de gestão, nos termos da lei que autorizou sua

¹³ Em que pese o vínculo existente entre si, em face de contrato de gestão pactuado e supervisionado pela pasta governamental.

¹⁴ Assim considerado o cônjuge, companheiro (a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, inclusive, conforme definido no inciso II do art. 2º do Decreto distrital nº 32.751/11.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

instituição. Logo, por todas as nuances que cercam esse estreito vínculo, não parece desarrazoado, juridicamente falando, conceber ambos os jurisdicionados como se fossem uma única pessoa jurídica da Administração Pública distrital para efeito, exclusivamente, da análise de situações de nepotismo vedadas pela Constituição da República.

55. Atente-se que a Súmula Vinculante 13 não pretendeu esgotar todas as possibilidades de configuração de nepotismo na Administração Pública, dada a impossibilidade de se preverem e de se inserirem, na redação do enunciado, todas as molduras fático-jurídicas reveladas na pluralidade de entes da Federação (União, estados, Distrito Federal, territórios e municípios) e das esferas de Poder (Executivo, Legislativo e Judiciário), com as peculiaridades de organização em cada caso. Assim, permanece a possibilidade de, em cada caso concreto, proceder-se à avaliação das circunstâncias fáticas à luz do art. 37, caput, da CF/88.

56. É de ser igualmente ressaltado, em reforço, que o referido contrato de gestão firmado entre SES/DF e IGESDF requer aderência, dentre outros, aos princípios da impessoalidade, moralidade e eficiência, consoante disposto no art. 2º da Lei nº 5.899/17 (alterada pela Lei nº 6.270/19), justamente os valores que a Súmula Vinculante nº 13-STF visa preservar.

57. Noutra vertente, referido diploma legal atribuiu ao TCDF, expressamente (art. 2º, inc. VI), a competência de fiscalizar a legalidade, a legitimidade, a operacionalidade e a economicidade dos atos de gestão praticados pelo IGESDF em face da execução do contrato firmado com a SES/DF em 2018, estando referido ente paraestatal, portanto, sujeito ao influxo de orientações normativas que esta é. Corte de Contas julgue convir em matérias de sua competência (ex vi o art. 3º da LO/TCDF¹⁵).

58. Por último, importa considerar que, embora o IGESDF constantemente se manifeste à Corte advogando a tese de que, por possuir personalidade jurídica de direito privado e não integrar a Administração Pública, seja direta ou indireta, não se vincula, necessariamente, ao regime jurídico de direito público, trata-se de entidade que recebe reconhecimento e amparo financeiro do Estado, sendo mantida por receita proveniente de dotações orçamentárias próprias. Nessa perspectiva, no entender desta unidade técnica, sujeita-se aquele Instituto, sim, à incidência de regras e princípios gerais que regem as atividades administrativas, notadamente, quanto a temas relacionados à gestão de pessoas, embora, reconhece-se, seja ainda questão controversa nesta Casa, mas passível de restar superada em breve, ao ensejo do julgamento que se avizinha do Processo nº 21391/2019-e¹⁶.

59. Para encerrar, na hipótese de a Corte cancelar a recomendação antinepotismo aventada linhas atrás para observância recíproca por SES/DF e IGESDF, cumpre dar-lhe ciência à Casa Civil do Distrito Federal e à Controladoria-Geral do DF, órgãos responsáveis pelos procedimentos para nomeação e respectiva análise de impedimento para a posse e

¹⁵ Lei Complementar nº 01, de 1994 (LO/TCDF):

“Art. 3º Ao Tribunal de Contas, no âmbito de sua competência e jurisdição, assiste o poder de normatizar, podendo, em consequência, expedir atos e instruções sobre matéria de suas atribuições e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos, obrigando ao seu cumprimento, sob pena de responsabilidade.”

¹⁶ Estudo autorizado pela Decisão nº 2.922/2019 acerca de questões que se mostrassem importantes relativas à gestão de pessoas por parte do IGESDF, tais como, exemplificativamente, cessão de servidores, acumulação de cargos, cumprimento de carga horária, necessidade de concurso público, regulamentos próprios de seleção de pessoal, compatibilidade de atribuições, nepotismo etc.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

exercício na Administração Pública direta e indireta do Poder Executivo, nos termos do art. 3º do Decreto distrital nº 39.738/19^{2º}.

(Os grifos constam do original).

6. E, ao final, propondo:

“DAS SUGESTÕES

60. Destarte, forte nas considerações antes aduzidas, entendendo-se abordadas todas as questões suscitadas na representação exordial, sugere-se ao e. Plenário:

I. tomar conhecimento dos esclarecimentos prestados pelo Sr. Francisco Araújo Filho, Secretário de Estado de Saúde, e pelo Sr. Sérgio Luiz da Costa, Diretor-Presidente do IGESDF, de que tratam, respectivamente, os e-DOC FD83D64C-c e 4DE92F12-c, quanto aos fatos noticiados na peça preambular do feito, considerando atendida a Decisão TCDF nº 3.157/2020 (e-DOC EA30D51B-e);

*II. considerar **improcedente**, no mérito, a Representação nº 50/2020-G2P, oferecida pelo Ministério Público de Contas, uma vez não evidenciada, à luz dos critérios objetivos erigidos pelo STF para configuração de nepotismo com fundamento em sua Súmula Vinculante nº 13, ofensa aos princípios constitucionais da impessoalidade, moralidade e eficiência nas nomeações do casal Aguinewton Quintino Damaso Graça e Loanne de Miranda Vasconcelos Damaso para os cargos em confiança de Assessor Jurídico do IGESDF e em comissão de Assessor Especial de Gabinete da SES/DF, respectivamente;*

III. recomendar à SES/DF e ao IGESDF, em observância aos princípios constitucionais da impessoalidade, moralidade e eficiência albergados pela Súmula Vinculante nº 13-STF, os quais, entre outros, também regem o contrato de gestão entre si pactuado, consoante o disposto no art. 2º da Lei nº 5.899/17 (alterada pela Lei nº 6.270/19), que:

a) sem prejuízo das regras previstas no Decreto distrital nº 32.751/11, abstenham-se de nomear ou designar para cargo em comissão ou função de confiança familiar (assim considerado cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, inclusive, conforme definido no inciso II do art. 2º do Decreto distrital nº 32.751/11) de ocupante de cargo ou função de mesma natureza no âmbito de qualquer deles (da pasta governamental ou do Instituto), a despeito de inexistir subordinação hierárquica, técnica ou jurídica entre si e de porventura se tratar (a pessoa nomeada/designada/contratada) de servidor com vínculo efetivo com a Administração Pública ou de empregado celetista contratado mediante processo seletivo público;

b) adotem providências administrativas necessárias a fazer cessar imediatamente as ocupações de cargo/emprego de provimento em comissão ou de função gratificada que se revelarem em desacordo com a orientação preconizada na alínea anterior, inclusive as examinadas neste feito;

IV. dar ciência da deliberação que vier a ser proferida no presente feito à ilustre representante do Parquet de Contas especializado, signatária da exordial, à Casa Civil do Distrito Federal e à Controladoria-Geral do Distrito Federal, assim como aos Representados, Sr. Aguinewton Quintino Damaso Graça e Srª Loanne de Miranda Vasconcelos Damaso; e

V. autorizar o arquivamento destes autos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

(Os grifos constam do original).

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

7. O MPC, por sua vez, manifestou-se por meio do Parecer nº 898/2020 – G2P (peça 20), da lavra da i. Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, no qual diverge do posicionamento do Corpo Técnico, pelos seguintes motivos:

“(…)

Os autos vieram ao MPC/DF, que, com as vênias de estilo, diverge.

Como demonstrado na Representação em tela, o casal possui relação com então Presidente do IGESDF e Secretário de Saúde, vindo de Alagoas, para o exercício dessas funções, no DF. Assim, o “aparente” cede ao fato incontestável de que, sim, a indicação de um e de outro viola o princípio da impessoalidade.

Além disso, como o IGESDF está vinculado à SES/DF, o MPC/DF considera que para esse efeito, pode ser considerado para efeitos da Súmula Vinculante 13-STF, já que não fosse assim considerado, teríamos a mesma fonte pagadora (orçamento da SES/DF) remunerando empregados parentes, mas que, apenas por estarem no IGESDF, fugiriam da regra que atinge servidores públicos, remunerados pelo mesmo orçamento.

*Note-se, ainda, o elevado risco que corre a Administração Pública, já que a SES deve fiscalizar o contrato de gestão, celebrado pelo IGES. No caso, todavia, a esposa estava na relevante função de **Coordenadora Especial de Gestão de Contratos de Serviços de Saúde na SES/DF**, e, após, nomeada para o cargo de **Assessor Especial do Gabinete da pasta**, enquanto o seu esposo figurava como **assessor jurídico**, ambos vinculados ao mesmo gestor, o então **Secretário de Saúde do DF**, preso na **Operação Falso Negativo do MPDFT**.*

Não custa rememorar que “a Súmula 13 não estabelece conduta antijurídica. Apenas traduz entendimento jurisprudencial consolidado no Tribunal. No caso da Súmula Vinculante 13, proibição de nepotismo deriva diretamente dos princípios inseridos no caput do art. 37 da Constituição Federal, sobretudo impessoalidade, eficiência e moralidade. Daí porque, o STF, ao editar a Súmula Vinculante 13, não buscou identificar todas hipóteses de configuração de nepotismo na Administração Pública, mas indicar situações em que a jurisprudência daquela Corte identificou a prática daquele ilícito”¹⁷.

Assim, o MPC/DF, com o respeito de sempre, diverge do item II, formulado pelo Corpo Técnico, para que seja considerada procedente a Representação ministerial.

Ressalte-se que a servidora Loanne de Miranda Vasconcelos Damaso foi exonerada, em 09/09/20, conforme DODF abaixo e não consta tenha sido nomeada para outra função:

¹⁷ TC 008.043/2015-9-TCU



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

EXONERAR LOANNE DE MIRANDA VASCONCELOS DAMASO, matrícula 1.697.457-3, do Cargo de Natureza Especial, Símbolo CNE-07, SIGRH 55005512, de Assessor Especial, do Gabinete, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

Seu esposo continua no IGESDF, informação abaixo¹⁸:

1866	AGUINEWTON QUINTINO DAMASO GRACA	ASSESSOR JURIDICO	IGES - Assessoria Jurídica	40	Livre Nomea7o	CAP.V, Artigo 11, Regulamento Sele7to de Pessoal	\$17,010.66	\$17,010.66	\$12,789.38
------	--	-------------------	-------------------------------	----	------------------	--	-------------	-------------	-------------

Apesar disso, não há que se falar em perda do objeto, devendo os responsáveis ser multados, consoante defendido nesta peça, por infringência à Constituição Federal e aos princípios que regem o bom e regular exercício da Administração Pública.

Finalmente, quanto à proposta de regulamentação, o MPC/DF recorda que esta questão está sendo tratada nos autos 21391/19, cuja recente Decisão 4026/20 definiu:

“e) institua em seu regimento interno (e/ou dentre os critérios definidos de recrutamento e seleção de pessoal), a exemplo do previsto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar Distrital nº 840/2011 e no art. 3º, inc. I, do Decreto distrital nº 32.751/2011, norma que proíba a contratação de parentes ou cônjuge/companheiro(a) (até o 3º grau) de empregados ocupantes de cargos de liderança (de direção e chefia), de livre provimento, ressalvada a decorrente de aprovação em processo seletivo público, assim como regra que impeça os contratados com vínculo de parentesco de atuarem numa mesma unidade corporativa do Instituto, o que se deve estender aos servidores estatutários a si cedidos, a fim de evitar que a impessoalidade e a moralidade na contratação e lotação de pessoal pelo Instituto sejam infirmadas por práticas como nepotismo, apadrinhamento, tráfico de influência ou outras impropriedades assemelhadas”.”

É o Relatório.

VOTO

8. Cuidam os autos da Representação nº 50/2020 - G2P ofertada pelo Ministério Público de Contas versando acerca de suposta prática de nepotismo na

¹⁸ Contracheque referente ao mês de agosto de 2020



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

SES/DF e no IGES/DF, consistente na ocupação do emprego de Assessor Jurídico do Instituto, com possível ofensa aos princípios da moralidade e da impessoalidade, em face do vínculo familiar (cônjuge) com a Assessora Especial do Gabinete da SES/DF (peça 1).

9. Nessa oportunidade, examina-se o mérito da Representação formulada pelo *Parquet* especializado.

10. Em atenção à Decisão nº 3.157/2020, foram apresentados os esclarecimentos contidos nos e-doc's FD83D64C-c e 4DE92F12-c (peças 15 e 16).

11. Ao compulsar os autos, antecipo, desde já, que meu posicionamento diverge das manifestações ofertadas pela Unidade Técnica e pelo *Parquet*, pelos motivos a seguir aduzidos.

12. *Ab initio*, destaco o registro do *Parquet* de que “... a servidora Loanne de Miranda Vasconcelos Damaso foi exonerada, em 09/09/20, conforme DODF ...”.

13. Desse modo, de acordo com a pacífica jurisprudência deste Tribunal, resta prejudicada, por perda de objeto, a Representação nº 50/2020 - G2P ofertada pelo Ministério Público de Contas.

14. Com efeito, o entendimento desta e. Corte de Contas consolidou-se no sentido de considerar prejudicada a representação que aponta irregularidades relacionadas à possível prática de nepotismo, mas que, supervenientemente, perde o objeto diante da exoneração do servidor cuja designação era questionada.

15. Nesse sentido, trago à colação excerto do voto condutor da Decisão nº 86/2018, do e. Conselheiro Inácio Magalhães, proferida nos autos do Processo nº 37.774/2016, *in verbis*:

“(...)

Conforme detalhado pela instrução processual, os autos baixaram em diligência, em assentada anterior, a fim de que se comprovasse a possível ocorrência de nepotismo. Ocorre que, conforme comprovado pelo próprio Ministério Público, a Representação em tela perdeu objeto, “diante da exoneração da Sra. Karina Rosso e da saída do Sr. Arthur Bernardes de Miranda da SEJUS/DF”.

Essa a realidade inconteste dos autos. Entendo que o caminho natural dos autos é o arquivamento, sem quaisquer outras consequências. Explico.

Segundo o Regimento Interno da Corte, o instituto da Representação se presta a examinar ilegalidades, irregularidades ou abusos praticados por órgãos e entidades sujeitos à jurisdição dessa Corte.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

Ora, se houve perda de objeto, não há que se proceder a qualquer exame de mérito do feito, uma vez que o ato administrativo possivelmente maculado simplesmente deixou de existir, ante a superveniência da exoneração da servidora alhures citada.

De fato, assevera José dos Santos Carvalho Filho¹ que “se depois de praticado o ato desaparece seu objeto, ocorre a extinção objetiva”. Daí, pois, considerar-se que um ato extinto não pode servir de parâmetro para que se examine quaisquer efeitos secundários da presente Representação.

Ainda sobre o tema, não é demais repisar o entendimento do STF em tudo condizente com o que ora se expõe. Veja-se:

“DECISÃO RECLAMAÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO. ALEGADO DECUMPRIMENTO DA SÚMULA VINCULANTE N. 13. SUPOSTA SITUAÇÃO CARACTERIZADORA DE NEPOTISMO. POSTERIOR EXONERAÇÃO DE UM DOS SERVIDORES. PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO. RECLAMAÇÃO PREJUDICADA”²”

16. Impende registrar que esse entendimento não só fora adotado por este Tribunal nas Decisões nºs 91/2017, 119/2016 e 985/2014, mas também, recentemente, ratificado pelas Decisões nºs 1.592/2020 e 4.346/20.

17. Ante todo o exposto, lamentando divergir do Corpo Técnico e do *Parquet*, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

I. tome conhecimento dos esclarecimentos prestados pela SES/DF e pelo IGES/DF (e-doc's FD83D64C-c e 4DE92F12-c);

II. considere prejudicada, por perda de objeto, a Representação nº 50/2020 - G2P, seguindo o posicionamento deste Tribunal esposado nas Decisões nºs 4.346/20, 1.592/2020, 86/2018, 91/2017, 119/2016 e 985/2014;

III. autorize o arquivamento do presente feito.

Sala das Sessões, 21 de outubro de 2020.

MÁRCIO MICHEL
Conselheiro-Relator